

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO

REQUERIMENTO Nº , DE 2001.

(Dos Srs. Geraldo Magela, José Pimentel, Ricardo Berzoini, Wellington Dias
e Paulo Paim)

Solicita que seja convidado o
Presidente do Banco do Brasil, Sr.
Eduardo Augusto Guimarães, para prestar
esclarecimentos sobre as demissões que
estão sendo efetivadas pelo Banco.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação para realização de audiência pública em data a ser agendada, o Sr. Eduardo Augusto Guimarães, Presidente do Banco do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre as demissões que estão sendo efetivadas pelo Banco, tendo como base os critérios de avaliação do sistema de Gestão de Desempenho Profissional - GDP.

JUSTIFICAÇÃO

O Banco do Brasil, nos últimos anos, passou por um profundo processo de reestruturação administrativa, que resultou em congelamento salarial, transferências compulsórias, Plano de Demissão Voluntária e fechamento de

unidades, tendo como consequência a redução do seu corpo funcional em quase 50.000 empregos.

No contexto desta reestruturação administrativa, a utilização do sistema de avaliação de desempenho (GDP) tem acarretado um crescente número de demissões. Em 2000 foram demitidos 47 funcionários e neste ano, até o final do primeiro semestre, o número de demissões chegou a 110, mais que o dobro das ocorridas em todo o ano anterior.

Cabe ressaltar, que estas demissões estão sendo feitas sem nenhuma notificação prévia ou carta de advertência e, não rara as vezes, as más avaliações e as conseqüentes demissões têm sido decorrentes de perseguições pessoais e políticas, preconceitos e descaso.

A falta de critérios claros e transparência nas avaliações de desempenho pode fazer com que este instrumento seja utilizado simplesmente como forma de continuar o enxugamento do quadro de pessoal, o que certamente não atende aos interesses corpo funcional da instituição, de seus correntistas e do conjunto da sociedade.

Sendo assim, para resguardar o Banco do Brasil e o seu corpo funcional, esta Casa deve receber as informações necessárias da direção do Banco, de forma a possibilitar uma melhor avaliação por parte dos deputados.

Sala da Comissão, em de agosto de 2001.

GERALDO MAGELA
DEPUTADO FEDERAL
PT - DF